



EMENDA Nº - CMA

(PL Nº 412/22)

Acresça-se o seguinte Parágrafo único ao art. 2º da Emenda Substitutiva da relatora da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 412/2022:

Art. 2º.....

.....

Parágrafo único. Para os fins de aplicação desta Lei, não se consideram instalações reguladas e não integram o mercado regulado, as atividades primárias agropecuárias e florestais, os empreendimentos relacionados ao uso alternativo do solo desenvolvidos no interior de propriedade rurais, ou os operadores cujas atividades promovam a preservação ambiental ou a mitigação da poluição, bem como aqueles cujas emissões de suas instalações ou fontes sejam originadas pela destinação ambientalmente adequada de resíduos ou rejeitos gerados por terceiros, nos termos da Lei n.º 12.305/2010, os quais poderão desenvolver ações no âmbito do mercado voluntário.

JUSTIFICAÇÃO

No Projeto de Lei (PL) nº 412, de 2022, não há previsão expressa de quais setores e atividades estarão sujeitos ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Há previsão, entretanto, de que a lei se aplicará às atividades, às fontes e às instalações localizadas em território nacional que emitam ou possam emitir gases de efeito estufa, sob responsabilidade de operadores, pessoas físicas ou jurídicas.

Essa disposição genérica tem gerado insegurança jurídica e desincentivo ao investimento em setores essenciais à economia do País e à própria transição para a economia de baixo carbono.

Isto porque, na modelagem atualmente proposta no PL, utiliza-se o conceito genérico de “instalação”, definida como qualquer propriedade física ou área onde se localiza uma ou mais fontes estacionárias associadas a alguma



atividade emissora de GEE e, mesmo assim, vinculando às obrigações prevista na lei.

Nessa mesma linha e com base no mesmo conceito genérico, é previsto que os operadores responsáveis pelas instalações e fontes que emitam acima de 10.000 (dez mil) e 25.000 (vinte e cinco mil) tCO₂ por ano ficarão sujeitos às obrigações a que se refere o artigo 30.

Não há qualquer ressalva sobre as instalações que, a despeito de serem enquadradas em tais limites, emitam GEE originados de resíduos ou rejeitos gerados por terceiros e que, ainda assim, sejam submetidas a técnicas de tratamento final ambientalmente adequadas, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).

Para essas hipóteses, se chegaria a contradição de que a contabilidade seja reversa e desvantajosa ao destinador final: quanto mais resíduo ou rejeito for recebido por determinada planta de disposição adequada, maior será sua potencial emissão de GEE e, conseqüentemente, mais onerosa a atividade mediante a compensação.

Nesse caso, dois reflexos imediatos podem atingir o setor de destinação adequada de resíduos sólidos: a inviabilidade econômica de diversas plantas já instaladas e a impossibilidade financeira de expansão do setor e/ou o aumento excessivo do custo para o cidadão, por meio da instituição de aumento nas taxas de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos.

Isso tudo desconsiderando que a atividade de destinação final de resíduos, embora não expressamente ressaltada no PL, serão essenciais à transição para a economia de baixo carbono.

Em termos percentuais, verifica-se que a destinação de resíduos para aterros sanitários, os chamados “*modern landfills*”, ao invés da disposição final em aterros controlados ou lixões, implica na redução de 20% das emissões de GEE que seriam lançadas na atmosfera.

Justamente por isso, desde a operacionalização do mercado voluntário de carbono via Protocolo de Quioto, o setor de resíduos sólidos submeteu e obteve a validação da Organização das Nações Unidas, de 29 projetos de reduções de GEE calculados mediante metodologia aprovada no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (“UNFCCC”)¹.

Inclusive, considerando-se a necessidade da adicionalidade em tais projetos, é certo que os aterros sanitários que possuem tais tecnologias dependem dos ganhos decorrentes da comercialização dos projetos de carbono

¹ Disponível em: <https://cdm.unfccc.int/Projects/projsearch.html>



para sustentabilidade econômica da atividade e desenvolvimento de novas plantas.

Isto é, caso tais instalações sejam obstadas à emissão de créditos de carbono – seja por meio do mercado voluntário ou regulado – bem como sejam sujeitas a eventuais metas setoriais conjuntamente com outras instalações que não contribuem para as reduções de GEE, o efeito reverso será catastrófico, implicando em desincentivo ao setor, afetando tanto o compromisso internacional de cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas, bem como as metas internas de universalização do saneamento básico e melhorias na destinação e disposição dos resíduos sólidos urbanos.

De igual maneira, esta emenda busca esclarecer que as atividades primárias agropecuárias, florestais e os empreendimentos ligados ao uso alternativo do solo em propriedades rurais não são considerados como instalações reguladas e não fazem parte do mercado regulado. Estes poderão atuar no contexto do mercado voluntário. É crucial que a regulação do mercado de carbono inclua uma análise de impacto regulatório das medidas propostas. Isso é necessário para prevenir que as regras se tornem distorcidas no ambiente produtivo sem garantir os resultados desejados para a qualidade ambiental. Além disso, deve-se levar em consideração as características específicas de cada setor envolvido, como, por exemplo, o significativo remanescente de vegetação nativa presente em propriedades rurais privadas no país.

Portanto, propõe-se que seja expressamente previsto de que não estarão sujeitos à regulação do SBCE os operadores, cujas emissões de suas instalações ou fontes sejam decorrentes de resíduos ou rejeitos gerados por terceiro, e que também não se consideram instalações reguladas e não integram o mercado regulado, as atividades primárias agropecuárias e florestais ou os empreendimentos relacionados ao uso alternativo do solo desenvolvidos no interior de propriedade rurais.

Sala da Comissão em,

SENADOR GIORDANO
MDB/SP